

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo I

PREVISÃO DA RECEITA

ESTIMATIVA DA RECEITA

	2014	2015	2016
I. RECEITA CORRENTE	706.496.684	752.365.652	824.364.765
1.1 Receita Própria	215.652.374	239.192.876	264.253.658
1.1 IPTU	32.291.173	37.216.933	42.028.078
(-) Renúncia IPTU	-455.790	-525.318	-593.227
1.1 IPTU – Líquido	31.835.383	36.691.615	41.434.851
1.2 IRRF	8.755.533	10.091.120	11.395.629
1.3 ITBI	11.393.098	13.131.024	14.828.511
(-) Renúncia ITBI	-118.000	-136.000	-153.581
1.3 ITBI – Líquido	11.275.098	12.995.024	14.674.930
1.4 ISSQN	50.118.923	57.764.164	65.231.511
(-) Renúncia ISSQN	-697.938	-804.403	-908.391
1.4 ISSQN – Líquido	49.420.985	56.959.761	64.323.120
1.5 Taxas – Executivo	1.262.489	1.380.751	1.484.539
(-) Renúncia – Taxas	-8.865	-10.218	-11.539
1.5 Taxas - Executivo – Líquido	1.253.624	1.370.533	1.473.000
1.6 Contribuição de Melhoria	0	0	0
1.7 Contribuição Previdenciária Servidor	14.044.800	14.676.816	15.850.961
1.8 Contribuição Assistência Saúde Servidor	2.717.000	2.839.265	3.066.406
1.9 Aplicações Financeiras – Executivo	238.079	274.396	309.868
1.10 Aplicações Financeiras – Prevpel	3.074.390	3.212.738	3.469.757
1.11 Aplicações Financeiras – Sanep	156.000	167.700	180.277
1.12 Receita de Serviços – Executivo	2.900.000	2.975.000	3.061.250
1.13 Receita Serviços – Sanep	62.822.750	67.530.456	72.591.990
(-) Renúncia Tarifa Água	-42.000	-45.150	-48.536
1.13 Receita Serviços Sanep – Líquido	62.780.750	67.485.306	72.543.454
1.14 Multa de Trânsito	1.160.374	1.337.380	1.510.267
1.15 Multa de Tributos	0	0	0
1.16 Multa da Dívida Tributária	168.919	194.686	219.854

1.17 Multa de Outras Origens	38.619	44.510	50.264
1.18 Dívida Ativa Tributária	11.816.507	13.619.021	15.379.592
1.19 Receita de Carnaval	785.988	905.884	1.022.991
1.20 Outras – Executivo	1.759.335	1.016.702	1.054.351
1.21 Outras – Sanep	10.607.820	11.433.406	12.258.662
(-) Renúncia - REFIS Dívida Ativa Sanep	0	0	0
1.21 Outras - Sanep – Líquida	10.607.820	11.433.406	12.258.662
1.22 Outras – Prevpel	863.170	902.013	974.174
1.2 Transferência Intra-Orçamentária	27.997.640	29.257.534	31.598.137
2.Transferências da União	246.603.671	242.194.728	257.182.241
2.1 FPM cota-parte	59.493.648	67.253.702	74.881.751
2.2 ITR	27.451	31.032	34.551
2.3 Lei Kandir	752.669	850.843	947.347
2.4 Auxílio Financeiro - Esforço Exportação (MP nº 193/04)	637.121	720.224	801.913
2.5 Convênios Saúde	154.167.147	152.429.587	161.194.291
2.6 Convênios Educação	20.350.000	11.150.000	12.250.000
2.7 Convênios Assist. Social	1.277.400	1.277.400	1.277.400
2.8 Outros Convênios	554.485	626.809	697.903
2.9 Outras Transferências	9.343.750	7.855.131	5.097.085
3.Transferência do Estado	154.760.872	170.282.759	187.627.522
3.1 ICMS cota-parte	89.451.973	101.119.641	112.588.833
3.2 IPVA cota-parte	36.146.083	40.860.798	45.495.311
3.3 IPI Exportação	1.531.335	1.731.075	1.927.417
3.4 Convênios Saúde	25.586.182	24.591.593	26.005.610
3.5 Convênios Educação	570.000	630.000	690.000
3.6 Convênios Assist. Social	0	0	0
3.7 Outros Convênios – CIDE – PRONAF	676.808	762.749	848.128
3.8 Outras Transferências	798.491	586.903	72.223
4.Transferências Multigovernamentais	98.962.759	113.807.173	130.878.249
4.1 FUNDEB	98.962.759	113.807.173	130.878.249
Deduções	37.480.632	42.369.418	47.175.042
(-) Contribuições Fundeb	37.480.632	42.369.418	47.175.042

II - RECEITA DE CAPITAL	57.497.696	131.901.601	70.519.691
1 - Alienação de bens	52.696	60.601	69.691
2 - Operações de Crédito	20.865.000	85.551.000	67.350.000
2.1 PMAT	300.000	3.750.000	3.750.000
2.2 PAC II – Saneamento	4.565.000	3.751.000	1.000.000
2.3 PAC II – Pavimentação	9.600.000	31.000.000	37.000.000
2.4 Reestruturação do Sistema de Mobilidade Urbana	6.400.000	38.200.000	25.600.000
4.5 Requalificação da Balsa	0	8.850.000	0
3 - Transferências do Estado	0	0	0
4 - Transferências da União	36.580.000	46.290.000	3.100.000
4.1 Transferência PAC II – Habitação	8.700.000	7.000.000	3.000.000
4.2 PAC II – Saneamento	4.000.000	6.000.000	0
4.3 PAC II – Abastecimento	22.500.000	32.000.000	0
4.4 Transferência Habitação de Interesse Social	1.300.000	0	0
4.6 Elaboração de Planos e Projetos – PAC	0	1.200.000	0
4.7 Transferência Sanep	80.000	90.000	100.000
III. RECEITA TOTAL GERAL	763.994.380	884.267.253	894.884.456

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA 2014

ESPECIFICAÇÃO	Valores (R\$)
RECEITAS CORRENTES (I)	716.609.289,00
Receita Tributária	102.540.623,00
IPTU	31.835.383,00
ISS	49.420.985,00
ITBI	11.275.098,00
IRRF	8.755.533,00
Outras Receitas Tributárias	1.253.624,00
Receita de Contribuições	16.607.662,00
Receita Patrimonial	2.423.469,00
Receita de Serviços	65.680.750,00
Transferências Correntes	500.327.300,00
Cota-Parte do FPM	59.493.648,00
Cota-Parte do ICMS	89.451.973,00
Cota-Parte do IPVA	36.146.083,00
Cota-Parte do ITR	27.451,00
Transferências da LC 87/1996	752.669,00
Transferências do FUNDEB	98.962.759,00
Outras Transferências Correntes	215.492.717,00
Outras Receitas Correntes	29.029.485,00
DEDUÇÕES (II)	37.480.632,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	37.480.632,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	679.128.657,00

FONTE: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS

As receitas foram estimadas para o período de 2014 a 2016 tomando-se por base a projeção revista da receita para 2013. Esta revisão considerou os valores arrecadados até o mês de Junho, as consultas sobre transferências, convênios e operações de crédito firmado.

Para projetar as receitas próprias de IPTU, ISSQN, Dívida Ativa tomou-se por base o efetivamente arrecadado até maio, com re-projeção até o final de 2013, também considerada a evolução da receitas nos três últimos exercícios. Assim para o exercício de 2014 foi aplicado o percentual de 18% sobre a respectiva base e na seqüência tendo 15,25% em 2015; 12,92% em 2016, sempre em relação ao exercício anterior.

Na projeção das transferências constitucionais da receita, foram utilizados os seguintes percentuais de 15% para 2014; 13,04% em 2015; 11,34 % em 2016, cuja base reporta-se a dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL-SEFAZ RS, para o exercício de 2013.

O cenário macroeconômico adotado, apresentado no item Metodologia, definiu as taxas de inflação, de juros e de crescimento econômico que subsidiaram as estimativas das metas. Os valores das principais variáveis macroeconômicas que constituem o cenário utilizado foram definidos após consultas junto a órgãos oficiais que realizam esse tipo de estimativa, como IGP DI e percentuais de crescimento da receita.

IPTU – Foram mantidas, durante o período de 2014 a 2016, as mesmas taxas de inadimplência e antecipação consideradas para 2013. Para 2014, espera-se a implantação de medidas que melhorem a eficiência da arrecadação tributária e a ampliação do universo de contribuintes.

ISSQN – A maior parte desse imposto é constituída pelo ISSQN auto-lançado que varia, principalmente, em função da atividade econômica. Comparando os últimos três anos houve um acréscimo em torno de 20%/ano, na receita deste tributo. Período este no qual passou a vigorar a Lei da substituição tributária o que tem inibido a sonegação. A projeção deste tributo inclui a previsão de cobrança referente ao leasing concedido pelas Instituições Financeiras, Serviços de Cartórios e a implantação do GIS on line.

ITBI – A utilização de base de cálculo mais realista terá impacto na arrecadação do ITBI, em 2013. Nos anos de 2014 e 2016, considerou-se, um incremento de receita, devido o crescimento de 7% ao ano nos últimos três exercícios.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – A previsão foi projetada considerando-se um grande esforço direcionado a este serviço, com a contratação de servidores e novos equipamentos, que se encontra em fase de licitação. Também foi projetado um novo sistema de cobrança via banco para os contribuintes que optarem pelo parcelamento do REFis. Ainda foi considerada a cobrança devida pelas Instituições Financeiras referente ao leasing por elas concedido, em anos anteriores, o qual foi recolhido ao município das suas respectivas matrizes, quando deveriam ser pago ao nosso município.

FPM – Cresceu de acordo com a atividade econômica.

ICMS – Considerou-se que será mantido, para o período de 2014 a 2016, o mesmo valor nominal estimado para 2013, descontando-se a variação estimada para o Índice de Participação do Município de Pelotas na arrecadação do ICMS.

TRANSFERÊNCIAS DO SUS – A Secretaria Municipal de Saúde informou os valores estimados para 2013, que foram mantidos, em termos reais, para os anos seguintes.

TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - A Secretaria Municipal de Educação informou os valores estimados para 2013, que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos.

TRANSFERÊNCIAS DO FNAS - A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social informou os valores estimados para 2014 que foram mantidos, em termos reais, para os outros anos, exceto casos onde se informava o término do convênio.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo II

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

METAS FISCAIS

Atendendo ao estabelecido no art. 4º §1º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, e normatizado através da portaria STN nº 471 de 31/08/04, as metas anuais da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Pelotas, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e dívida pública consolidada para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, estão abaixo discriminados.

I - Demonstrativo das Metas Anuais

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	763.600.301	730.717.991	21,01%	883.825.157	809.345.168	21,99%	894.394.313	783.754.699	20,30%
Receitas Primárias (I)	742.682.605	710.701.057	20,44%	798.213.556	730.948.061	19,86%	826.974.622	724.675.053	18,77%
Despesa Total	759.086.230	726.398.306	20,89%	879.162.236	805.075.192	21,87%	888.954.802	778.988.074	20,18%
Despesas Primárias (II)	740.103.658	708.233.166	20,37%	860.642.419	788.116.040	21,41%	867.208.679	759.932.020	19,69%
Resultado Primário (III) = (I – II)	2.578.947	2.467.892	0,07%	-62.428.863	-57.167.980	-1,55%	-40.234.057	-35.256.968	-0,91%
Resultado Nominal	-92.940.556	-88.938.331	-2,56%	77.091.951	70.595.408	1,92%	63.928.747	56.020.544	1,45%
Dívida Pública Consolidada	105.651.347	101.101.767	2,91%	183.264.703	167.820.978	4,56%	247.717.464	217.073.972	5,62%
Dívida Consolidada Líquida	1.370.167	1.311.165	0,04%	78.462.118	71.850.112	1,95%	142.390.866	124.776.632	3,23%

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais do ano de 2014, 2015 e 2016 foram deflacionadas pelos índices projetados de inflação para o período, utilizando os seguintes índices:

Anos	2014	2015	2016
Valor Corrente	4,50%	4,50%	4,50%
Valor Constante	0,9569%	0,9157%	0,8762%

Para se obter os percentuais das metas fiscais previstas para o triênio 2014 a 2016, em relação ao PIB estadual, foram utilizados valores do Produto Interno Bruto do Estado, projetados pela Secretaria da Fazenda tendo como referência a evolução dos indicadores calculados pelo IBGE.

Os demonstrativos dos Anexos Fiscais de I à VIII, foram elaborados com base nos seguintes conceitos:

1 - as receitas não-financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 – as despesas não-financeiras correspondem ao total da despesa orçamentária deduzida as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não-financeiras e as despesas não-financeiras;

4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a Dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

7 - as deduções (ativo disponível e haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados) e os passivos reconhecidos, para efeito de apuração do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, foram calculados utilizando-se os percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)					R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	761.378.943,00	0,2569%	545.124.421,08	0,1840%	-216.254.521,92	-28,40%
Receitas Primárias (I)	623.589.317,00	0,2104%	534.974.555,45	0,1805%	-88.614.761,55	-14,21%
Despesa Total	761.378.942,00	0,2569%	565.002.861,66	0,1907%	-196.376.080,34	-25,79%
Despesas Primárias (II)	734.304.004,00	0,2478%	546.315.962,31	0,1844%	-187.988.041,69	-25,60%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-110.714.687,00	-0,0374%	-11.341.406,86	-0,0038%	99.373.280,14	-89,76%
Resultado Nominal	74.012.293,00	0,0250%	-22.235.483,56	-0,0075%	-96.247.776,56	-130,04%
Dívida Pública Consolidada	340.577.904,00	0,1149%	238.499.653,45	0,0805%	-102.078.250,55	-29,97%
Dívida Consolidada Líquida	310.934.058,00	0,1049%	136.749.725,99	0,0461%	-174.184.332,01	-56,02%

FONTE: Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, Balanço Geral 2012, Relatório Gestão Fiscal 3º quadrimestre 2012

III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	475.824.970,41	545.124.421,08	1,1456	755.935.976,00	1,3867	763.600.301,00	1,0101	883.825.157,01	1,1574	894.394.312,99	1,0120	
Receitas Primárias (I)	468.071.083,63	534.974.555,45	1,1429	686.015.153,00	1,2823	742.682.605,00	1,0826	798.213.556,01	1,0748	826.974.621,99	1,0360	
Despesa Total	491.081.600,22	565.002.861,66	1,1505	747.880.731,00	1,3237	759.086.230,01	1,0150	879.162.236,25	1,1582	888.954.801,90	1,0111	
Despesas Primárias (II)	468.137.715,12	546.315.962,31	1,1670	724.679.299,00	1,3265	740.103.658,01	1,0213	860.642.419,00	1,1629	867.208.678,99	1,0076	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-66.631,49	-11.341.406,86	170,2109	-38.664.146,00	3,4091	2.578.946,99	-0,0667	-62.428.862,99	-24,2071	-40.234.057,00	0,6445	
Resultado Nominal	-50.054.838,20	-22.235.483,56	0,4442	-42.439.002,89	1,9086	-92.940.555,65	2,1900	77.091.950,73	-0,8295	63.928.747,49	0,8293	
Dívida Pública Consolidada	145.601.832,48	238.499.653,45	1,6380	198.095.649,11	0,8306	105.651.346,87	0,5333	183.264.703,50	1,7346	247.717.463,92	1,3517	
Dívida Consolidada Líquida	158.985.209,55	136.749.725,99	0,8601	94.310.723,10	0,6897	1.370.167,45	0,0145	78.462.118,17	57,2646	142.390.865,67	1,8148	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	536.363.615,35	576.959.687,27	1,0757	755.935.976,00	1,3102	730.717.991,39	0,9666	809.345.167,93	1,1076	783.754.699,16	0,9684	
Receitas Primárias (I)	527.623.210,78	566.217.069,49	1,0731	686.015.153,00	1,2116	710.701.057,42	1,0360	730.948.060,72	1,0285	724.675.052,89	0,9914	
Despesa Total	553.561.328,03	597.999.028,78	1,0803	747.880.731,00	1,2506	726.398.306,23	0,9713	805.075.191,73	1,1083	778.988.074,06	0,9676	
Despesas Primárias (II)	527.698.319,72	578.220.814,51	1,0957	724.679.299,00	1,2533	708.233.165,56	0,9773	788.116.040,38	1,1128	759.932.020,41	0,9642	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-75.108,94	-12.003.745,02	159,8178	-38.664.146,00	3,2210	2.467.891,86	-0,0638	-57.167.979,66	-23,1647	-35.256.967,52	0,6167	

Resultado Nominal	-56.423.255,72	-23.534.035,80	0,4171	-42.439.002,89	1,8033	-88.938.330,77	2,0957	70.595.408,28	-0,7938	56.020.544,33	0,7935
Dívida Pública Consolidada	164.126.580,42	252.428.033,21	1,5380	198.095.649,11	0,7848	101.101.767,34	0,5104	167.820.978,00	1,6599	217.073.972,39	1,2935
Dívida Consolidada Líquida	179.212.708,63	144.735.909,99	0,8076	94.310.723,10	0,6516	1.311.165,02	0,0139	71.850.111,65	54,7987	124.776.632,03	1,7366

FONTE: IPCA de 2011 e de 2012 cfe.site do IBFE e 2014 a 2016 cfe.projeção da LDO da União

IV - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - 2010 a 2012

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	169.101.437,58	63,43	170.186.621,15	72,19	236.120.470,00	117,40
Reservas	2.724.914,86	1,02	1.107.262,25	0,47	-64.305.224,18	-31,97
Resultado Acumulado	94.770.749,57	35,55	64.454.844,80	27,34	29.317.595,32	14,58
TOTAL	266.597.102,01	100,00	235.748.728,20	100,00	201.132.841,14	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	23.137.303,77	461,51	23.137.303,77	190,30	23.137.303,77	219,93
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-18.123.935,84	-361,51	-10.978.875,76	-90,30	-12.616.990,29	-119,93
TOTAL	5.013.367,93	100,00	12.158.428,01	100,00	10.520.313,48	100,00

FONTE: Balanço Patrimonial 2010, 2011 e 2012

V - Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	47.624,95	114.447,78	46.518,21
Alienação de Bens Móveis	0,00	92.405,90	46.518,21
Alienação de Bens Imóveis	47.624,95	22.041,88	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	47.624,95	114.447,78	46.518,21
DESPESAS DE CAPITAL	47.624,95	114.447,78	46.518,21
Investimentos	47.624,95	114.447,78	46.518,21
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regimes Próprios dos Servidores Públicos			
SALDO FINANCEIRO	2012 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2011 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2010 (i) = (Ic - IIl)
Valor (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Balanço Geral dos exercícios 2010-2011-2012

VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Geral de Previdência

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.789.913,75	13.706.409,69	19.179.797,77
RECEITAS CORRENTES	11.789.913,75	13.706.409,69	19.179.797,77
Receita de Contribuições dos Segurados	10.313.077,64	11.069.399,87	13.767.407,61
Pessoal Civil	10.313.077,64	11.069.399,87	13.767.407,61
Outras Receitas de Contribuições	10.464,87	6.387,47	5.292,80
Receita Patrimonial	1.167.106,95	2.351.379,67	4.972.267,49
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	299.264,29	279.242,68	434.829,87
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	189.339,33	215.473,84	397.758,85
Outras Receitas Correntes	109.924,96	63.768,84	37.071,02
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.137.124,30	15.753.931,80	19.771.591,70
RECEITAS CORRENTES	19.137.124,30	15.753.931,80	19.771.591,70
Receita de Contribuições	19.137.124,30	15.753.931,80	19.771.591,70
Patronal	14.140.769,98	15.753.931,80	19.771.591,70
Pessoal Civil	14.140.769,98	15.753.931,80	19.771.591,70
Cobertura de Déficit Atuarial	1.991.405,58	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	3.004.948,74	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	30.927.038,05	29.460.341,49	38.951.389,47

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	25.647.339,71	30.904.695,67	32.736.324,92
ADMINISTRAÇÃO	1.018.944,00	807.331,67	979.656,89
Despesas Correntes	1.007.623,67	800.657,67	974.007,39
Despesas de Capital	11.320,33	6.674,00	5.649,50
PREVIDÊNCIA	24.628.395,71	30.097.364,00	31.756.668,03
Pessoal Civil	24.628.395,71	30.097.364,00	31.756.668,03
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	38.505,49	43.892,78	50.789,65
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	38.505,49	43.892,78	50.789,65
ADMINISTRAÇÃO	38.505,49	43.892,78	50.789,65
Despesas Correntes	38.505,49	43.892,78	50.789,65
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	25.685.845,20	30.948.588,45	32.787.114,57
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.241.192,85	-1.488.246,96	6.164.274,90

FONTE: Relatório de Execução Orçamentária 2010-2012

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2012	44.996.176,87	33.469.754,40	11.526.422,47	32.718.757,32
2013	45.482.346,74	30.303.534,72	15.178.812,02	47.897.569,34
2014	46.144.598,37	36.547.971,35	9.596.627,01	57.494.196,35
2015	46.683.088,62	40.712.334,90	5.970.753,72	63.464.950,07
2016	47.130.077,72	42.915.909,59	4.214.168,13	67.679.118,20
2017	47.614.831,40	45.987.681,31	1.627.150,08	69.306.268,29
2018	48.067.611,04	48.866.332,56	(798.721,52)	68.507.546,77
2019	48.573.673,57	52.569.636,02	(3.995.962,45)	64.511.584,32
2020	49.052.834,86	56.093.655,92	(7.040.821,05)	57.470.763,27
2021	49.570.916,88	60.333.361,83	(10.762.444,95)	46.708.318,32
2022	50.099.226,63	65.156.842,15	(15.057.615,52)	31.650.702,79
2023	50.581.700,37	69.166.084,76	(18.584.384,39)	13.066.318,41
2024	51.133.527,38	74.118.865,26	(22.985.337,87)	(9.919.019,47)
2025	51.579.648,52	78.348.308,36	(26.768.659,84)	(36.687.679,31)
2026	52.076.761,99	82.601.003,82	(30.524.241,83)	(67.211.921,14)
2027	52.568.492,30	87.204.096,74	(34.635.604,43)	(101.847.525,57)
2028	53.028.766,75	91.433.514,80	(38.404.748,04)	(140.252.273,62)
2029	53.507.056,47	95.444.591,82	(41.937.535,35)	(182.189.808,97)
2030	53.946.264,64	99.480.977,20	(45.534.712,56)	(227.724.521,53)
2031	54.445.437,07	104.577.588,54	(50.132.151,47)	(277.856.673,00)
2032	54.903.948,98	109.507.652,26	(54.603.703,28)	(332.460.376,28)
2033	55.359.338,91	114.110.959,16	(58.751.620,24)	(391.211.996,52)
2034	55.806.228,68	119.566.203,43	(63.759.974,75)	(454.971.971,28)
2035	56.207.941,88	123.926.397,94	(67.718.456,06)	(522.690.427,34)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2036	56.546.126,73	127.461.030,99	(70.914.904,26)	(593.605.331,60)
2037	56.905.145,31	131.321.367,24	(74.416.221,93)	(668.021.553,53)
2038	57.195.595,13	134.457.414,68	(77.261.819,55)	(745.283.373,08)
2039	57.491.859,39	137.262.307,16	(79.770.447,78)	(825.053.820,86)
2040	57.736.040,96	139.664.761,89	(81.928.720,93)	(906.982.541,79)
2041	57.978.881,47	141.957.840,64	(83.978.959,17)	(990.961.500,96)
2042	58.225.560,80	144.325.357,67	(86.099.796,87)	(1.077.061.297,83)
2043	58.403.963,20	145.748.205,39	(87.344.242,19)	(1.164.405.540,02)
2044	58.605.615,82	147.155.549,15	(88.549.933,33)	(1.252.955.473,35)
2045	58.758.654,61	148.570.626,81	(89.811.972,20)	(1.342.767.445,55)
2046	58.861.371,58	149.164.870,74	(90.303.499,16)	(1.433.070.944,71)
2047	58.963.939,21	149.633.940,91	(90.670.001,71)	(1.523.740.946,42)
2048	59.021.023,06	149.674.450,72	(90.653.427,65)	(1.614.394.374,07)
2049	59.075.977,63	149.761.436,00	(90.685.458,36)	(1.705.079.832,43)
2050	59.125.710,89	149.675.546,49	(90.549.835,60)	(1.795.629.668,03)
2051	59.126.212,54	149.356.210,14	(90.229.997,60)	(1.885.859.665,63)
2052	59.092.464,49	148.740.622,00	(89.648.157,51)	(1.975.507.823,15)
2053	59.073.124,24	148.115.004,57	(89.041.880,33)	(2.064.549.703,48)
2054	58.991.709,00	147.277.008,35	(88.285.299,36)	(2.152.835.002,83)
2055	58.936.586,71	146.237.651,72	(87.301.065,01)	(2.240.136.067,85)
2056	58.854.290,43	145.200.048,73	(86.345.758,30)	(2.326.481.826,14)
2057	58.724.939,61	143.732.558,59	(85.007.618,98)	(2.411.489.445,13)
2058	58.618.289,55	142.417.214,82	(83.798.925,27)	(2.495.288.370,40)
2059	58.474.349,41	140.915.797,32	(82.441.447,91)	(2.577.729.818,31)
2060	58.309.359,01	139.352.554,41	(81.043.195,40)	(2.658.773.013,71)
2061	58.174.218,49	137.866.686,81	(79.692.468,32)	(2.738.465.482,03)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2062	57.989.742,75	136.208.431,51	(78.218.688,76)	(2.816.684.170,79)
2063	57.797.860,87	134.463.977,07	(76.666.116,19)	(2.893.350.286,98)
2064	57.612.651,39	132.553.295,90	(74.940.644,50)	(2.968.290.931,48)
2065	57.428.856,89	130.697.110,84	(73.268.253,95)	(3.041.559.185,44)
2066	57.203.373,84	128.727.369,63	(71.523.995,79)	(3.113.083.181,23)
2067	57.048.099,98	126.953.316,39	(69.905.216,41)	(3.182.988.397,64)
2068	56.800.545,72	124.889.282,97	(68.088.737,25)	(3.251.077.134,89)
2069	56.607.218,53	123.107.225,85	(66.500.007,32)	(3.317.577.142,22)
2070	56.410.808,17	121.173.728,70	(64.762.920,52)	(3.382.340.062,74)
2071	56.217.354,34	119.260.274,33	(63.042.919,99)	(3.445.382.982,73)
2072	56.002.903,27	117.238.470,66	(61.235.567,39)	(3.506.618.550,12)
2073	55.837.022,33	115.392.444,26	(59.555.421,93)	(3.566.173.972,05)
2074	55.624.644,63	113.513.416,44	(57.888.771,81)	(3.624.062.743,86)
2075	55.438.237,17	111.716.462,67	(56.278.225,50)	(3.680.340.969,36)
2076	55.253.723,91	109.844.661,00	(54.590.937,09)	(3.734.931.906,45)
2077	55.091.595,79	108.133.164,11	(53.041.568,32)	(3.787.973.474,77)
2078	54.904.575,19	106.452.603,33	(51.548.028,14)	(3.839.521.502,90)
2079	54.758.188,72	104.734.744,34	(49.976.555,62)	(3.889.498.058,52)
2080	54.555.281,45	103.037.111,57	(48.481.830,12)	(3.937.979.888,65)
2081	54.411.046,56	101.522.604,43	(47.111.557,88)	(3.985.091.446,52)
2082	54.282.312,50	100.034.704,78	(45.752.392,28)	(4.030.843.838,80)
2083	54.127.579,94	98.622.080,06	(44.494.500,12)	(4.075.338.338,92)
2084	53.977.376,89	97.300.729,52	(43.323.352,63)	(4.118.661.691,55)
2085	53.869.122,88	96.006.540,25	(42.137.417,37)	(4.160.799.108,92)
2086	53.743.460,98	94.891.721,24	(41.148.260,26)	(4.201.947.369,18)
2087	53.612.842,59	93.822.996,59	(40.210.154,00)	(4.242.157.523,18)

VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU	renúncia		455.790,00	525.318,00	593.227,00	1.574.335,00
ITBI	renúncia	Benefícios concedidos conforme Lei Municipal 5100/05	118.000,00	136.000,00	153.581,00	407.581,00
ISSQN	renúncia		697.938,00	804.403,00	908.391,00	2.410.732,00
Divida Ativa	renúncia		8.865,00	10.218,00	11.539,00	30.622,00
Tarifa de Água	renúncia		42.000,00	45.150,00	48.536,00	135.686,00
TOTAL			1.322.593,00	1.521.089,00	1.715.274,00	4.558.956,00

FONTE: Secretaria Municipal de Receita

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deve ser elaborada pelo ente que prever, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 17, estabelece que no caso de aumento de despesas nos termos definidos, este deve ser justificado com o aumento de receita decorrente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na redução de despesas, de modo a não comprometer as metas previstas no § 1º do art. 4º da LRF.

Face o município de Pelotas não prever a elevação de receita com os parâmetros acima, a margem a que se refere a lei, decorre do crescimento da receita pela expansão da economia, mais o incremento.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

(LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva para Riscos Fiscais	200.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	1.000.000,00
Reserva para Abertura de Créditos	800.000,00		
Reserva SANEP	700.000,00	Abertura de Crédito Suplementar	700.000,00
TOTAL	1.700.000,00	TOTAL	1.700.000,00



PREFEITURA
PELOTAS